

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 618.779 mil, correspondente a R\$ 109.305,60 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 244.831 mil. Em 31 de dezembro de 2019 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 900.555,70 com aumento de 13,53% em relação ao exercício anterior.

**Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites da Basileia de forma consolidada, tomando-se como base o Conglomerado Prudencial, de acordo com as

diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 19,34%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 5.433.264 mil o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.247.321 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do

Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site anteriormente mencionado. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 17 de março de 2020.

São Paulo, 17 de março de 2020

A Diretoria

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>43.292.604</b>	<b>45.820.103</b>	<b>Circulante</b>		<b>34.857.811</b>	<b>38.920.362</b>
Disponibilidades		20.749	34.437	Depósitos	16a	4.417.674	5.102.064
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	31.229.793	21.629.692	Depósitos à vista		341.885	176.060
Aplicações no mercado aberto		31.094.745	21.607.756	Depósitos interfinanceiros		1.014.099	1.610.263
Aplicações em moeda estrangeira		135.048	21.936	Depósitos a prazo		3.061.690	3.315.741
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	7 e 8	<b>6.721.776</b>	<b>15.158.054</b>	<b>Captações no mercado aberto</b>	16b	<b>10.733.368</b>	<b>7.640.690</b>
Carteira própria		3.885.565	8.670.064	Carteira própria		-	242.870
Vinculados a compromissos de recompra		-	243.594	Carteira de terceiros		10.538.320	7.096.471
Vinculados à prestação de garantias		2.217.284	2.811.319	Carteira livre movimentação		162.209	262.832
Instrumentos financeiros derivativos		618.927	3.433.077	Captação COE		32.839	38.517
<b>Relações interfinanceiras e interdependências</b>	9	<b>730.839</b>	<b>628.646</b>	<b>Relações interdependências</b>		74.885	30.262
Depósitos no Banco Central		3.013	21.531	Recursos em trânsito de terceiros		74.885	30.262
<b>Operações de crédito</b>		728.985	608.012	<b>Obrigações por empréstimos</b>	17	<b>15.328.827</b>	<b>14.327.908</b>
Emprestimo de ações		(1.159)	(897)	Emprestimos no exterior		15.328.827	14.327.908
Setor privado		4.582.504	8.363.859	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	8	<b>859.136</b>	<b>3.963.181</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		11	4.036.572	Instrumentos financeiros derivativos		859.136	3.963.181
<b>Outros créditos</b>		101.917	40.310	<b>Outras obrigações</b>		3.443.921	7.856.257
Carteira de câmbio		105.582	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		12.210	5.494
Rendas a receber		153.581	262.840	Carteira de câmbio	11	2.689.710	7.221.717
Negociação e intermediação de valores		12a	294.712	Sociais e estatutárias		21.487	9.695
Diversos		(4.278)	(3.161)	Fiscais e previdenciárias	12b	186.553	33.569
Provísio para outros créditos de liquidação duvidosa		2.571	2.041	Negociação e intermediação de valores	10	294.326	360.936
Realizável a longo prazo		3.837.463	2.858.004	Diversas	12c	239.635	224.846
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	7 e 8	<b>2.224.789</b>	<b>1.424.545</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>		8.637.520	6.536.867
Carteira própria		759.582	-	<b>Depósitos</b>	16a	<b>3.886.471</b>	<b>2.696.891</b>
Instrumentos financeiros derivativos		1.465.207	1.424.545	Depósitos interfinanceiros		1.380.457	50.134
<b>Operações de crédito</b>	9	<b>608.063</b>	<b>549.634</b>	Depósitos a prazo		2.506.014	2.646.757
Setor privado		611.295	549.705	<b>Captações no mercado aberto</b>	16b	<b>361.764</b>	<b>230.355</b>
Provísio para créditos de liquidação duvidosa		(3.232)	(71)	Captação COE		361.764	230.355
<b>Outros valores e bens</b>	12a	<b>1.004.611</b>	<b>883.825</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	8	<b>3.540.526</b>	<b>2.893.804</b>
Diversos		1.014.376	893.590	Instrumentos financeiros derivativos		3.540.526	2.893.804
Provísio para outros créditos de liquidação duvidosa		9	(9.765)	<b>Outras obrigações</b>		848.759	715.817
<b>Outros créditos</b>		1.465.051	1.271.183	Fiscais e previdenciárias	12b	557.149	436.036
Permanente		1.341.839	1.135.111	Diversas	12c	291.610	279.781
<b>Investimentos</b>		1.338.610	1.132.940	<b>Resultados de exercícios futuros</b>		1.741	1.734
Participações em controladas no país		3.599	2.541	<b>Patrimônio líquido</b>	20	<b>5.098.046</b>	<b>4.490.327</b>
Outros investimentos		(370)	(370)	Capital social		2.810.981	2.683.481
Provísio para perdas		117.485	130.345	De domiciliados no país		6.644	8.670
<b>Imobilizado de uso</b>	14	90.352	89.502	De domiciliados no exterior		2.676.837	2.445.311
Imóveis de uso		119.275	123.767	Aumento de capital		127.500	229.500
Outras imobilizações de uso		(92.142)	(82.924)	Reservas de capital		46.642	42.577
Depreciações acumuladas		5.727	5.727	Reservas de lucros		2.245.313	1.776.534
<b>Intangível</b>		5.727	5.727	Ajustes de avaliação patrimonial		50	(7.325)
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727	Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
<b>Total do ativo</b>		<b>48.595.118</b>	<b>49.949.290</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>48.595.118</b>	<b>49.949.290</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>2.453.981</b>	-	<b>24.939</b>	<b>12.685</b>	<b>199.224</b>	<b>1.602.479</b>	<b>2.686</b>	<b>(4.940)</b> <b>4.291.054</b>
Aumento de capital	20	-	229.500	-	-	-	-	-	229.500
Pagamento baseado em ações	22	-	-	-	4.953	-	-	-	4.953
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	(10.011)	-	(10.011)
Juros sobre capital próprio (R\$ 47.694,75)	20	-	-	-	-	(270.000)	-	-	(270.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	244.831	244.831
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	20	-	-	-	12.242	-	-	-	12.242
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	232.589	-	-	232.589
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.453.981</b>	<b>229.500</b>	<b>24.939</b>	<b>17.638</b>	<b>211.466</b>	<b>1.565.068</b>	<b>(7.325)</b>	<b>(4.940)</b> <b>4.490.327</b>
Aumento de capital	20	229.500	(102.000)	-	-	-	-	-	127.500
Pagamento baseado em ações	22	-	-	-	3.007	-	-	-	3.007
Atualização de reservas de capital		-	-	-	1.058	-	-	-	1.058
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	7.375	-	7.375
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Juros sobre capital próprio (R\$ 26.497,09 por ação)	20	-	-	-	-	-	618.779	-	618.779
Lucro líquido do exercício	</								

...continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(a) Risco de mercado** - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação dos riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

**(b) Risco operacional** - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou de sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inherentemente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição, e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, processos e governança do risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

**(c) Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

**(d) Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

**(e) Gerenciamento de capital** - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes regulatórias e permitindo ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são: mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado, utilizando sistemas adequados de monitoramento através de relatórios periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 20.749 (2018 - R\$ 34.437) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 31.094.745 (2018 - R\$ 21.607.756) (Nota 6).

#### 6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....	31.094.745	21.607.756
Posição bancada.....	20.394.269	14.263.184
Posição financiada.....	10.538.320	7.096.471
Posição vendida.....	162.156	248.101
Aplicações em moeda estrangeira .....	135.048	21.936
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez.....	<u>31.229.793</u>	<u>21.629.692</u>

#### 7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

##### (a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2019	Valor de mercado 2018
<b>Títulos para negociação</b> .....	<b>6.093.968</b>	<b>8.881</b>	<b>6.102.849</b>	<b>10.976.025</b>
Carteira própria .....	3.884.521	1.044	3.885.565	7.921.112
LFT .....	110.238	(3)	110.235	1.014.590
LTN .....	1.026.229	23	1.026.252	3.504.881
NTN-B.....	98.394	1.098	99.492	212.793
NTN-C .....	-	-	-	557
NTN-F.....	24.121	90	24.211	776.674
Cotas de fundos de investimentos.....	2.611.604	-	2.611.604	2.334.809
Ações.....	13.935	(164)	13.771	76.808
Vinculados à prestação de garantias .....	2.209.447	7.837	2.217.284	2.811.319
LFT .....	458.027	(20)	458.007	127.968
LTN .....	342.832	209	343.041	1.928.252
NTN-B.....	732.967	5.080	738.047	206.450
NTN-C .....	3.437	787	4.224	3.295
NTN-F.....	638.718	1.781	640.499	513.855
Cotas de fundo de investimentos .....	33.466	-	33.466	31.499
Vinculados a compromissos de recompra.....	-	-	-	243.594
LTN .....	-	-	-	243.594
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>759.491</b>	<b>91</b>	<b>759.582</b>	<b>748.952</b>
Carteira própria .....	759.491	91	759.582	748.952
Debêntures .....	759.491	91	759.582	748.952
<b>Total da carteira de TVM</b> .....	<b>6.853.459</b>	<b>8.972</b>	<b>6.862.431</b>	<b>11.724.977</b>

**(b) Cotas de fundos de investimentos** - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

##### (Ativo/Passivo) Ativo/Passivo

	2019	2018
<b>Ativo/Passivo</b>	<b>2.611.604</b>	<b>2.331.778</b>
2.774.708	2.372.424	
304.065	1.127.597	
	193.977	
2.597.068	1.786.178	
(174.129)	(99.731)	
47.704	262.403	
227	15.564	
581	250	
(2.566)	(10.913)	
4.639	7.998	
(2.427)	7.316	
(99.755)	(36.397)	
(99.755)	(36.397)	
61.192	6.140	
1.219	30.082	
(10.259)	(10.913)	
(58.152)	(13.029)	
3.598	(25.978)	
3.598	(25.978)	
18	25	
33.466	34.530	
2.645.070	2.366.308	

##### (c) Composição por prazos de vencimentos – TVM

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria .....	2.625.375	83.951	879.595	94.364	4.645.147	
Vinculados à prestação de garantias .....	33.466	366	73.752	883.402	1.226.298	2.217.284
<b>Total da carteira – 2019</b> .....	<b>2.658.841</b>	<b>84.317</b>	<b>953.347</b>	<b>1.845.264</b>	<b>1.320.662</b>	<b>6.862.431</b>
<b>Total da carteira – 2018</b> .....	<b>2.443.116</b>	<b>2.613.222</b>	<b>2.223.341</b>	<b>2.469.871</b>	<b>1.975.427</b>	<b>11.724.977</b>

**8. Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

##### (a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2019	Valor nominal 2018



<tbl\_r cells="5" ix="

...continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019 foram aprovados os seguintes eventos: (i) Distribuição de juros sobre capital próprio da J.P.Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 20.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 3.000. (ii) Distribuição de juros sobre capital próprio da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$ 45.000, cujo montante foi reinvestido no capital da entidade pagadora após dedução do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% no valor de R\$ 6.750. Em 2018, o Banco J.P. Morgan S.A. recebeu dividendos da J.P.Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 150.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018.

**14. Imobilizado de uso:** "Imóveis de uso" estão representados por edificações, no valor de R\$ 44.149 (2018 – R\$ 43.299) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2018 – R\$ 46.203). "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 82.122 (2018 – R\$ 82.115), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 35.111 (2018 – R\$ 39.294).

**15. Ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2018 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2018 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecido no resultado nos exercícios de 2019 e 2018.

### 16. Depósitos e captações

#### (a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2019	Total 2018
Depósitos à vista	341.885	-	-	-	341.885	176.060
Depósitos interfinanceiros	1.014.099	-	1.283.028	97.429	2.394.556	1.660.397
Depósitos a prazo	1.205.972	1.855.718	970.912	1.535.102	5.567.704	5.962.498
<b>Total</b>	<b>2.561.956</b>	<b>1.855.718</b>	<b>2.253.940</b>	<b>1.632.531</b>	<b>8.304.145</b>	<b>7.798.955</b>

#### (b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2019	Total 2018
Operações compromissadas - carteira própria	-	-	-	-	242.870
Operações compromissadas - carteira de terceiros..	10.538.320	-	-	10.538.320	7.096.471
Operações compromissadas	-	-	-	-	-
- carteira livre movimentação	162.209	-	-	162.209	262.832
Captações COE	-	32.839	361.764	394.603	268.872
<b>Total</b>	<b>10.700.529</b>	<b>32.839</b>	<b>361.764</b>	<b>11.095.132</b>	<b>7.871.045</b>

**17. Obrigações por empréstimos no exterior:** São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 15.328.827 (2018 – R\$ 14.327.908) com vencimentos entre janeiro de 2020 e junho de 2020 (em dezembro de 2018, as operações possuíam vencimento até agosto de 2019). As taxas de juros para as captações em dólar variam de 1,33% até 2,45% ao ano (2018 – 1,64% até 2,65%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações da BACEN, em 31 de dezembro de 2019, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasramento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R\$ 27.266 (2018 – aumento de R\$ 2.694).

**18. Passivos contingentes e obrigações legais:** As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

#### (a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais .....	665.400	655.913	444.534	436.036
Cíveis.....	21.581	21.655	71.467	69.613
Trabalhistas .....	10.955	12.623	34.315	37.601
<b>Total</b>	<b>697.936</b>	<b>690.191</b>	<b>550.316</b>	<b>543.250</b>

#### (b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		
	Cíveis	Trabalhistas	Obrigações legais e outros passivos contingentes
<b>Saldo inicial</b>	<b>69.613</b>	<b>37.601</b>	<b>436.036</b>
Despesas financeiras – juros	2.350	2.386	11.148
Constituições	246	3.439	-
Anistia.....	-	-	-
Reversões.....	(416)	(3.781)	(2.650)
Pagamentos.....	(326)	(5.330)	-
<b>Saldo final</b>	<b>71.467</b>	<b>34.315</b>	<b>444.534</b>
			<b>Total 2019</b>
			<b>550.316</b>
			<b>Total 2018</b>
			<b>543.250</b>

**(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais** - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

**(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes** - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição de ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 121.648 (2018 – R\$ 115.179); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 50.688 (2018 – R\$ 50.615); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 917 (2018 – R\$ 881); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução das despesas do PLR e gratificações pagas a diretores estatutários para os anos de 2010 a 2012 R\$ 42.153 (2018 – R\$ 39.553); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.684 (2018 – R\$ 7.403).

**(e) Ações trabalhistas** - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 144.871 (2018 – R\$ 145.930).

**(f) Ações civis** - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daí que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos civis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o resarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 655 (2018 – R\$ 322).

**19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias .....	423.841	255.637
Contingências.....	47.602	24.539
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	11.583	8.512
Provisão para honorários advocatícios.....	7.262	5.993
Provisão para participação nos lucros.....	75.085	60.175
Marcação a mercado – Disponíveis para venda .....	-	4.883
Marcação a mercado – TVM e derivativos .....	218.957	97.480
Unidades de ações restritas – RSU .....	59.565	52.351
Outros.....	3.787	1.704
Prejuízos fiscais e bases negativas.....	38.997	88.001
<b>Total de créditos tributários – ativo</b>	<b>462.838</b>	<b>343.638</b>
<b>IR diferido – MTM – passivo</b>		
	<b>(124.797)</b>	

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 295.666 (2018 – R\$ 68.788) sobre diferenças temporárias e R\$ 24.375 (2018 – R\$ 88.001) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL, tendo sido realizado R\$ 127.462 (2018 – R\$ 206.667) sobre diferenças temporárias e R\$ 73.379 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL. Em 2019, para IR diferido passivo foi constituído o valor de R\$ 124.797. Em 2018, houve realização no valor de R\$ 1.791. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 462.838 é estimada em 35% no 1º ano, 15% no 2º ano, 14% no 3º ano, 4% no 4º ano, 1% no 5º ano, 11% no 6º ano, 2% do 7º ao 8º ano, 10% no 9º e 6% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações do mercado, monta a R\$ 376.236 (2018 – R\$ 291.283).

Em 2018, o valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, era de R\$ 24.375. A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2019	2018




<tbl\_r cells="3" ix="4"

...continuação

Aos Administradores e Acionistas

**Banco J.P. Morgan S.A.**

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti  
Contador CRC 1SP172940/O-6

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2019, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e suas iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu

monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro 2019.

São Paulo, 17 de março de 2020